

## FUNDAMENTO TEÓRICO, CRISE E PERSPECTIVAS DA EXTENSÃO NO CONTEXTO DO NOVO RURAL

Marcelino de Souza\*

### Resumo

A extensão, ao mesmo tempo em que se encontra imersa em uma séria crise, precisa enfrentar os novos desafios impostos pelas transformações econômicas e sociais recentes. Para gerar respostas adequadas a esses desafios é necessária uma reorientação em sua concepção que se baseou primariamente na teoria do capital humano. Para tal, requer-se: mudanças no comportamento dos extensionistas; gestão de novos métodos; estímulo ao trabalho em íntima cooperação com esta; cobertura de um campo mais abrangente que a agricultura considerando a família, o entorno e a inclusão de novos temas de aconselhamento; e, o desenvolvimento de programas com base na realidade local. Isso supõe uma formação contínua dos extensionistas no local.

**Palavras-chaves:** Extensão, políticas não-agrícolas, novo rural.

---

\*Professor doutor do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS (E-mail: marcelino.souza@uol.com.br).

## THEORETICAL FOUNDATION, CRISIS AND PERSPECTIVES OF THE EXTENSION IN THE CONTEXT OF THE NEW RURAL

### **Abstract**

The extension, which at the same time finds itself immersed in a serious crisis, needs to face the new challenges imposed by the recent economical and social changes. In order to generate adequate answers to these challenges a reorientation in its conception, which was based primarily in the theory of human capital, is necessary. To do so, some things are required: changes in the advisors behavior; management of new methods; stimulus to work in intimate cooperation with this population; coverage of a broader field than solely agriculture considering the family, the environment and the inclusion of new themes for advice; and, the development of programs taking into consideration the local reality. This supposes a continuous education of the advisors in the place.

**Key-words:** Extension, non-agricultural policy, new rural.

## I. Introdução

O objetivo deste texto é o de tentar responder a seguinte indagação: em que base teórica emerge e consolida-se a ciência da extensão rural e quais são os problemas e as novas demandas que se colocam a ela diante das mudanças recentes do meio rural?

Sabe-se que as transformações atuais que se vêm produzindo no espaço rural não permitem mais entendê-lo como um espaço exclusivo de atividades agrícolas, ou seja, ocorre uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas interna e externamente aos domicílios rurais, o qual permite um certo equilíbrio entre o mundo rural e urbano e que vem sendo denominado de *pluriatividade*. Diversos autores vêm chamando atenção para a necessidade de se observar os novos atores e as novas funções adquiridas pelo espaço rural afirmando também o seu caráter multifuncional e a sua gestão multipropósito.

Por isso, pode-se afirmar que os objetivos e as possibilidades de intervenção da extensão precisariam se adequar ao quadro de mudanças socioeconômicas operadas no espaço rural. Essas mudanças dizem respeito a diversos aspectos, entre eles: o surgimento de novos atores rurais; a redução do papel do Estado na promoção de políticas agrícolas e rurais; a privatização dos serviços estatais e a globalização dos mercados agrícolas, entre outros.

A conseqüência mais imediata é uma certa ineficiência dos instrumentos denominados “clássicos” de política agrícola, sendo

que um deles, entre outros (política de mercado e de preços, etc.) é a extensão rural<sup>1</sup>. É cada vez menor a importância de uma atividade eficaz de extensão direcionada ao serviço das famílias rurais que vivem exclusivamente da atividade agrícola. Primeiro, porque é cada vez menor o número dessas famílias; segundo, porque as famílias que conseguem sobreviver têm sua própria assistência técnica, ligada às cooperativas e empresas do agronegócio, consultores privados, etc, ou seja, ocorre uma diversificação dos serviços de extensão seguindo os caminhos de outros países. Por isso, a extensão é crescentemente solicitada a aconselhar as famílias rurais que deixam a agricultura de forma parcial ou completa. Os objetivos e as possibilidades da ação da extensão rural modificam-se claramente porque as áreas rurais estão em um processo de mudança e a extensão para permanecer com um papel relevante no desenvolvimento rural deve procurar atender às necessidades atuais das populações aí residentes.

---

<sup>1</sup> Este trabalho adota o conceito de extensão rural enunciado por Baker (1987). Segundo esse autor a extensão rural diz respeito "à extensão de informações que apóiam a manutenção e desenvolvimento de pessoas, organizações e comunidades nas áreas rurais e não somente o fornecimento de informação agrícola. A extensão agrícola refere-se ao processo multicanal de: a) comunicação de informação relacionando a manutenção e o desenvolvimento de um sistema agroalimentar viável, de várias fontes de informação, para clientes que podem aplicar apropriadamente a informação determinando e avaliando geralmente cursos alternativos de ações relativas à exploração, à vida e à indústria agrícola, e b) comunicando os resultados da aplicação do retorno da informação para suas fontes na pesquisa agrícola e desenvolvimento de sistema, e assim expressando novas necessidades de pesquisa para fontes apropriadas de investigação". A informação, portanto, inclui conceitos, especializações, conhecimentos, atitudes e compreensões. Transferência de tecnologia é uma parte integral, mas somente uma fração do processo de extensão.

Nas palavras de Van den Ban (1999:145), "o serviço de extensão e o aconselhamento são necessários não somente para a adoção de novas tecnologias, mas também precisam ser realizados no âmbito de muitas outras decisões, tais como, na escolha do sistema de produção agrícola e na decisão de se obter ou não uma renda externa ao setor agrícola".

Assim, o papel que o serviço de extensão tradicional deveria desempenhar é questionado, tornando-se um tema crítico, e sua resposta pode determinar se ele continuará a existir ou simplesmente desaparecerá (Phelan, 1995).

Mas, antes de debatermos essa questão especificamente, faremos uma revisão examinando a emergência, a formação, a consolidação dos fundamentos teóricos e a posterior crise dos serviços e práticas de extensão. Descrevem-se os aspectos mais gerais da crise que acompanha a sua estrutura atual, organização e missão. Nas conclusões deste texto, apontam-se algumas perspectivas que se abrem neste novo contexto, baseando-se na revisão da literatura nacional e internacional disponíveis<sup>2</sup>.

## **II. As bases iniciais fundadoras da extensão: modernização e difusão**

As bases iniciais teóricas fundadoras relativas à extensão rural inserem-se largamente nos debates que tratam do lugar da

---

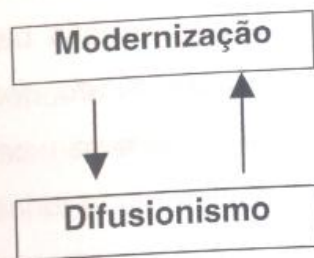
<sup>2</sup> Neste artigo utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica em seu enfoque clássico que procura inicialmente realizar o levantamento da bibliografia relevante sobre um determinado assunto que trata da questão de nosso interesse com posterior leitura aprofundada da mesma.


agricultura no desenvolvimento econômico, e que teve início sobretudo com a emancipação política das antigas colônias, após a 2ª Guerra Mundial. O ponto de vista que a partir do final dos anos 50 foi ressaltado nas abordagens relativas à ciência da extensão basearam-se nas idéias de “modernização<sup>3</sup>” e “difusão<sup>4</sup>” como pode ser visto no esquema da FIG. 01, havendo um recíproco relacionamento entre ambas teorias.

---

<sup>3</sup> Segundo Marshall (1994), o termo e a abordagem da modernização esteve envolvido em amplo uso no início dos anos 60, como uma conseqüência de esforços de um grupo de especialistas em desenvolvimento nos Estados Unidos visando desenvolver uma alternativa para a explicação marxista de desenvolvimento social. Nas suas mais sofisticadas variantes, a teoria da modernização explica a modernização pela referência ao começo do processo que Talcott Parsons refere-se como 'diferenciação estrutural'. Esse é um processo que pode desencadear em muitos caminhos diferentes, mas que é mais provável a ser iniciado pelas mudanças tanto em tecnologias como em valores. Como resultado desse processo, multiplicam-se instituições, as estruturas simples das sociedades tradicionais são transformadas nas instituições complexas das sociedades modernas, e os valores voltam a se conter em impressionantes semelhanças a aquelas correntes nos Estados Unidos dos anos 60.

<sup>4</sup> Dos anos 50 até o início dos anos 70 prevaleceram as perspectivas da psicologia social, tais como a difusão de inovações. A teoria da difusão refere-se a disseminação de atributos culturais de uma cultura para outra através de contato entre diferentes grupos culturais. A teoria da difusão desenvolveu-se nos séculos 18 e 19, em oposição à teoria evolucionária, ambas estando preocupadas com as origens da cultura humana (Marshall, 1994).



Legenda: “conduzida” ou “influenciada” = 

**FIGURA 1:** A relação entre modernização e difusão (Buttel, 2001)

Segundo Thiollent (1984:47) “a ideologia da modernização entende promover valores e atitudes positivas associadas à mudança, tecnologia, ciência, racionalidade, cosmopolitismo e empatia. Essa ideologia foi elaborada originariamente nos EUA a partir dos anos 50. Com ela, pretende-se mudar a mentalidade tradicional das populações rurais do Terceiro Mundo por uma combinação de efeitos dos meios de comunicação de massa e da influência interpessoal de agentes de desenvolvimento, inclusive aqueles que são funcionários de organismos dos países metropolitanos”.

Para Martins (1975), essa modo de pensar traz em si uma forma de representação do homem rural decididamente marcado por estereótipos e bastante preconceituoso que se difundiu rapidamente entre os agentes da modernização, ou os extensionistas.

Até os anos 50, essa foi a “corrente principal” da sociologia rural ocidental e que era dominada pelo raciocínio teórico sobre as

características de fundação ou constituição das comunidades rurais: pode-se dizer que a sociologia rural se consistia basicamente de uma *sociologia das comunidades rurais ou do desenvolvimento comunitário*. Seus princípios originavam-se consciente ou inconscientemente das teorias opostas às teorias de caráter revolucionário. O movimento de desenvolvimento comunitário cresceu de forma acentuada na década dos anos 50, em especial com o incentivo e apoio financeiro dos Estados Unidos.

Assim, para o desenvolvimento comunitário vir a ocorrer, a prioridade era dada à mobilização de recursos locais pela organização coletiva, e sobre a educação graças à presença de um trabalhador no âmbito da aldeia; o *“village level worker”*; que é de fato, no início, um *organizador* e um *educador*. Esses trabalhadores para as aldeias eram, em geral, egressos das escolas secundárias que durante vários meses haviam recebido um treinamento antes de ingressar no serviço de um instituto de desenvolvimento comunitário (Petit, 1990).

Foram os sociólogos rurais<sup>5</sup> e, sobretudo, os militantes da organização coletiva que desempenharam aí um papel de destaque nessa estratégia, mas os seus limites apareceram rapidamente. O pressuposto básico de que organizações comunitárias harmoniosas poderiam surgir era, de fato, muito utópico em razão de que os

---

<sup>5</sup> O projeto de modernização tecnológica foi implícito ou explicitamente a âncora da corrente principal ou *mainstream* da sociologia rural empreendida, sobretudo, nos *“Land Grant Colleges”* e outros institutos de pesquisa nos E.U.A. durante o auge das perspectivas da difusão de inovações e da relacionada psicologia social na subdisciplina (Buttel, 2001).



conflitos entre classes e castas não poderiam ser regulados em nível da aldeia.

O movimento mundial de desenvolvimento comunitário dos anos 50 esvaeceu-se muito rapidamente em meio à euforia causada pela *Revolução Verde*<sup>6</sup> no início da década de 60. Seus ideólogos chegaram a uma conclusão, que dominaria a evolução das discussões posteriores, sem precedentes: na ausência de aportes exteriores a produção camponesa possuiria poucas chances de se superar, constituindo-se numa das questões básicas e a principal tese do trabalho clássico de Schultz (1965) denominado “A Transformação da Agricultura Tradicional”<sup>7</sup>. A tese fundamental do

---

<sup>6</sup> O termo *Revolução Verde* refere-se ao “uso de um pacote de insumos que inclui variedades modernas, pesticidas, fertilizantes e freqüentemente, também irrigação, com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola dos países em desenvolvimento”. Segundo Hayami & Ruttan (1988:86) “o uso da expressão *revolução verde*, para descrever a tecnologia dos novos cultivares de cereais de alta produtividade, representa uma nota interessante na história da difusão internacional de tecnologia. A expressão foi sugerida, em primeiro lugar, pelo administrador da USAID, William Gaud, em 1968”. Segundo Bourlaug (2000) “o avanço na produção de trigo e arroz na Ásia, em meados dos anos 60, ficou conhecida como revolução verde e simbolizou o processo de uso da ciência agrícola para desenvolver técnicas modernas para o Terceiro Mundo. Esse processo começou no México com uma revolução *calma* no final dos anos 50. Durante os anos 60 e 70 na Índia, Paquistão e Filipinas receberam atenção mundial para seu progresso agrícola. Desde 1980, a China tem sido o exemplo de maior sucesso. Mas, a redução da pobreza e o crescimento econômico chinês têm sido atribuídos por Amartya Sen a uma maior prioridade do governo aos investimentos em serviços de educação e saúde”.

<sup>7</sup> Schultz foi inicialmente um economista agrícola, e nos anos 30 e 40, apresentou uma série de estudos acerca da crise da agricultura americana, e então mais tarde começou a estudar as questões agrícolas em vários países em desenvolvimento pelo mundo. “Seus melhores trabalhos deste período são *Agricultura em uma economia Instável* (1945) e *Produção e Bem-Estar na Agricultura* (1949). A principal característica desses estudos é não tratar a agricultura de forma isolada, mas como

autor é que os agricultores denominados de “tradicionais” atingem, por um processo de erro e tentativa, no decorrer de séculos, o ponto ótimo de sua situação. As concepções iniciais de que a agricultura tradicional era ineficiente, bem como as explicações culturais da pobreza crônica, viram-se cada vez mais contestadas pelos diversos pesquisadores. Os baixos níveis de produção da agricultura tradicional passaram a ser atribuídos à evolução, com o correr do tempo, de um estado de equilíbrio do setor agrícola que se mantinha relativamente eficiente por causa da utilização de uma tecnologia tradicional, mas que, ao mesmo tempo, restringia as oportunidades econômicas de expansão da produção.

Várias pesquisas mostravam que os investimentos em fatores convencionais de produção apresentavam, ao contrário do que sustentavam as concepções anteriores, uma reduzida taxa de remuneração, oferecendo assim poucos incentivos para se economizar e investir no próprio setor agrícola. Somente com a introdução de novos elementos, especialmente as novas tecnologias e os novos insumos, poderiam conduzi-los a transformar suas antigas práticas (Schultz, 1965).

Dessa forma, foi nascendo uma nova concepção do agricultor presente nos países subdesenvolvidos: eles passaram a ser vistos como pessoas que tomavam decisões no âmbito da exploração agrícola de forma racional, de forma muito semelhante

---

uma parte integral da economia”. (informações extraídas de: <http://www.nobel.se/economics/laureates/1979/press.html>, em 22/05/01).

àqueles que se encontravam num processo avançado de modernização agrícola. Em síntese, após um longo tempo, começa a ser superada a idéia de que resistência para mudança era um sinal seguro de um padrão de cultura tradicional. Essa idéia se baseava em teorias deterministas que usam estruturas culturais e sociopsicológicas<sup>8</sup> para explicar as diferenças do desenvolvimento, em que a cultura da pobreza pode ser vista como uma adaptação desesperada a uma situação. A preocupação passa a ser de “criar oportunidades” e a extensão é o seu principal instrumento.

### **III. A utilização da abordagem do capital humano e a emergência da crise**

Os programas de desenvolvimento intensivo da agricultura em locais privilegiados foram inspirados na teoria do capital humano e sua utilização pela extensão. Diversos economistas rurais, ao perceber as mudanças da agricultura em regiões favorecidas mostraram que o fator limitante era a disponibilidade de técnicas que permitissem o avanço na produção e na produtividade agrícola. Foi essa análise que encorajou várias instituições, especialmente as Fundações Ford e Rockefeller, a utilizar os resultados das pesquisas

---

<sup>8</sup> Essa teoria foi apresentada melhor por Rogers (1983). As características importantes desse modelo são que ele se baseia em noções psico-sociológicas de tomadas de decisão individual, mas não vê a adoção como um ato simples, único, mas como um padrão complexo de processos e atividades mentais ocorrendo como um conjunto de estágios: consciência, informação, avaliação, tentativa e adoção. A adoção é teorizada para ocorrer de acordo com uma curva sigmóide crescente quando descrita como percentagem cumulativa e que é normalmente distribuída quando representada como frequência sobre o tempo conduzindo a uma

conduzidas especialmente por alguns melhoristas de plantas para se aproveitar o mais rápido possível.

Em certa medida, pode-se dizer que as disciplinas agronômicas, particularmente a genética, eram dominantes na *Revolução Verde*, visto que foi fundada sobre a existência de variedades com altos rendimentos e sobre a sua adoção rápida pelos agricultores (Easterbrook, 2000). Em 1943, a Fundação Rockefeller estabelece o precursor para o CIMMYT (*The International Maize and Wheat Improvement Center*) para “ajudar os agricultores pobres do México”. Os programas tinham objetivos iniciais de levar aos agricultores mexicanos “novos conhecimentos agrícolas”, mas Norman Borlaug<sup>9</sup> logo colocou a instituição na procura de inovações agrícolas. Borlaug argumenta que a utilização de fertilizantes, práticas de irrigação e o cultivo de cereais de alta produtividade tornam-se irrefutáveis diante do crescimento populacional após a 2ª Guerra Mundial.

“Mas, muitos governantes de nações em desenvolvimento estavam duvidosos, parcialmente por razões de tradição (trigo era então um produto estranho na Índia) e parcialmente porque o contato entre os técnicos especialistas do Ocidente e os agricultores camponeses poderia dar uma reviravolta nas culturas feudais e

---

classificação em cinco categorias, quais sejam: (1) inovadores; (2) adotantes iniciais; (3) maioria inicial; (4) maioria tardia e (5) retardatários.

<sup>9</sup> Norman Borlaug é um melhorista de plantas, nascido em Cresco, Iowa em 1914. Por mais de cinco décadas viveu em países subdesenvolvidos difundindo as técnicas de alta produção agrícola. Ele recebeu o Prêmio Nobel em 1970 (Easterbrook, G., 2000).

Revista Extensão Rural – DEAER/CPGExR/CCR/UFSM, Ano IX, Jan-Dez/2002.

causar desconforto nas classes dominantes destes países (Easterbrook, 2000)".

A *Revolução Verde* conheceu um duplo sucesso. De uma parte, ela permitiu um crescimento espetacular na produção em numerosos países e, de outra, ela permitiu resolver definitivamente o lugar da agricultura no desenvolvimento econômico. A *Revolução Verde* teve certamente suas críticas e seus limites.

Uma das mais fortes críticas provém, por mais paradoxal que possa parecer, exatamente do sucesso desse processo, a chamada *crise agrícola* que se transforma com o passar dos anos em *crise rural*<sup>10</sup>. Ao mesmo tempo, ocorria um certo fracasso na

---

<sup>10</sup> Dois autores (Röling, 1987a; Vanclay, 1994) referem-se ao fato de que o atual contexto da agricultura é de uma forte mudança, e ela se encontra no centro de uma séria crise. O desenvolvimento dos vários instrumentos de desenvolvimento agrícola (mecanismos de mercado, política de preços, fornecimento e distribuição de insumos, entre outros) foi garantido aos agricultores por muitos anos, fazendo com que impulsionassem também a pesquisa e a extensão agrícola os quais se tornaram os principais instrumentos. Os mecanismos eram bem-conhecidos e simples e operavam como uma 'mão invisível'. Assim, todos os agricultores enfrentam as mesmas condições de preços e nenhum deles pode afetar o preço de um produto. Portanto, tornou-se mais racional para cada agricultor produzir tanto quanto possível ao preço corrente. As mudanças tecnológicas permitiram a alguns agricultores melhorar as relações de compra de insumos/produção agrícola, permitindo que eles produzissem mais com os mesmos recursos, ou produzir o mesmo com muito pouco recurso. Logo, o crescimento da produção total sobe a uma tal extensão pelas suas ações coletivas que os preços começaram a cair. Outros agricultores, então, têm inovado para manter suas rendas. Para alguns isso é quase equivalente a um problema. Para outros, inovação é impossível e suas rendas caem. Eventualmente eles são marginalizados e tem que deixar a agricultura. Enquanto isso, aqueles que estão na frente da corrida tecnológica já estão na próxima inovação. Guardadas as devidas diferenciações, essa é a essência do processo de desenvolvimento agrícola, por meio da utilização cada vez maior da tecnologia, em quase todo o mundo. Vanclay (1994), apropriadamente, chama atenção para o fato de que: "com o declínio da riqueza gerada na agricultura e a racionalização de serviços do governo e privados, freqüentemente se conduz a um declínio no bem-estar financeiro dos povoados rurais. Uma espiral descendente de redução dos serviços para servir a população rural no final afeta seu bem-estar social. Dessa forma, a crise na

difusão da tecnologia importada entre diferentes classes de agricultores e que poderia ser explicada pelas falhas e baixas rentabilidades das tecnologias bem como o próprio reconhecimento das limitações existentes nos processos de transferência<sup>11</sup> de tecnologias.

Ganha destaque como uma das maneiras de aumentar a produtividade agrícola, a capacidade de desenvolver inovações tecnológicas apropriadas, as quais fizessem uso de fatores de produção disponíveis e menos onerosos. Um elemento que se tornou crucial na determinação da intensidade em que os agricultores seriam capazes de absorver as inovações tecnológicas era a capacidade deles de processarem e utilizarem as informações, permitindo fazer adaptações frente aos riscos e incertezas proporcionadas pelo uso dos novos “fatores de produção” disponíveis no mercado. Assim, o investimento na capacitação do homem rural, mediante a expansão das oportunidades educacionais e vulgarização de informações assume papel de destaque. Essa importância da educação como investimento foi fortemente respaldada pela *teoria do capital*

---

agricultura conduz a uma *crise rural*. Na Austrália e nos Estados Unidos, o acentuado aumento na produção agrícola associa-se com subdesenvolvimento econômico e social nas áreas rurais pela diminuição da ocupação e da população”. No Brasil, é Queda (1987) que nos oferece a crítica da extensão rural durante o processo de modernização da agricultura.

<sup>11</sup> Röling (1985:276) estabeleceu as principais críticas à utilização da pesquisa da difusão por parte da extensão. (1) porque segue o caminho de menor resistência beneficiando aqueles que sabem como procurar melhor e cuidar de si mesmos e negligencia aqueles que necessitam mais assistência, mas são mais difíceis de se atingir; (2) pela falta de atenção às variáveis estruturais; (3) a ênfase excessiva em

*humano*<sup>12</sup> (Schultz, 1973). Esse enfoque se tornou a corrente principal nas disciplinas acadêmicas e no mundo ocidental da chamada economia neoclássica e esteve subjacente na maioria da literatura sobre a economia do desenvolvimento agrícola, particularmente no que diz respeito ao processo de educação rural e transmissão de informações. As mudanças nas técnicas de produção ganharam impulso no seio da perspectiva neoclássica com a formulação de uma teoria que destaca fortemente a questão do investimento em recursos humanos como decisiva para o crescimento econômico.

Para Schultz (1973:79): “Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou

---

fatores sociopsicológicos para explicar a resistência à mudança; e, (4) o “pro-innovation bias”, o fato de que uma inovação não deveria nunca ser reinventada.

<sup>12</sup> Segundo Marshall (1994:225), “essa é uma extensão moderna das explicações de Adam Smith de salários diferenciais pelas tão chamadas desvantagens em diferentes empregos”. Os custos de aprender o emprego são um componente muito importante da vantagem líquida e conduziu os economistas a afirmar que outros elementos permanecendo iguais, rendas pessoais variam de acordo com a quantia de investimento em capital humano; que é a educação e o treinamento empreendido por indivíduos ou grupo de trabalhadores. Uma esperança além é que o investimento difundido em capital humano cria na força-de-trabalho a base da especialização indispensável para o crescimento econômico. O capital-humano surge fora de qualquer atividade capaz de aumentar a produtividade do trabalhador individual. A teoria do capital-humano tem atraído muitos críticos da sociologia da educação e treinamento. Mesmo com essas críticas, a teoria do capital-humano pode ser olhada como uma espécie de teoria de “troca racional” e aberta para um critério crítico, pelos sociólogos de explicações individualistas do fenômeno econômico.

Revista Extensão Rural – DEAER/CPGExR/CCR/UFSM, Ano IX, Jan-Dez/2002.

que incrementa rendimentos futuros da pessoa como agente produtivo<sup>13</sup>”.

Além disso, esse autor foi um dos pioneiros em enunciar a constituição de um serviço organizado de extensão para a agricultura ao destacar algumas das atividades mais importantes que poderiam avançar as capacitações humanas e possibilitar crescimento da produtividade do trabalho e da economia como um todo.

Ao destacar as cinco categorias que consideram principais, Schultz (1973) aponta para a importância dos programas de estudos para os adultos que não se acham organizados em firmas, incluindo-se os programas de extensão, especialmente no campo da agricultura no que diz respeito ao papel por eles desempenhado na transmissão de informações e em possibilitar o desenvolvimento de novas tecnologias aos agricultores. As novas capacitações humanas incluem desde as novas técnicas agrícolas empregadas na utilização da nova informação relativa à alimentação de animais do campo, até aquelas que dizem respeito às atividades domésticas

---

<sup>13</sup> Theodore W. Schultz “foi o primeiro a sistematizar a análise de como os investimentos em educação podem afetar a produtividade na agricultura, assim como na economia como um todo. Bem consciente das limitações do método Schultz tem como primeira aproximação, definido e medido o tamanho do capital educacional como uma soma de investimentos acumulados em educação. Uma grande proporção dos custos destes investimentos em educação consiste de uma perda de ganhos do emprego durante períodos de estudo. Este é, portanto, um tipo de custo alternativo que pode ser visto tanto no contexto público como privado. Schultz é um pioneiro na pesquisa em capital humano, um campo que permaneceu em rápida expansão desde o final dos anos 50” (informações extraídas de: <http://www.nobel.se/economics/laureates/1979/press.html>, em 22/05/01).



na nutrição humana. Ele também ressaltou que estas poderiam ser adquiridas de várias formas: relatórios das revistas agrícolas, *conversas mantidas com os agentes que incrementam as atividades agrícolas*, ou mediante programas de rádio e de televisão.

Os investimentos em capital humano também foram a tônica dos *programas de desenvolvimento rural integrado (PDRIs)*. Na sua essência, esses programas pretendiam realizar uma série de ações coordenadas de intervenção no meio rural com o objetivo de promover não somente o desenvolvimento agrícola, mas também o desenvolvimento rural. Os PDRIs, de forma freqüente, previam também medidas de caráter social, como intervenções nas áreas de educação, saúde e da nutrição, com o objetivo de combater as conseqüências imediatas da pobreza e, com isso, promover o bem-estar das famílias. Tudo isso, em longo prazo visando a contribuir para a formação do capital humano necessário ao crescimento (Petit, 1990).

Em síntese, trata-se de uma estratégia e uma idéia que tentava combinar redistribuição e crescimento de forma simultânea. Essa perspectiva tem perdurado ao longo do tempo apesar da crescente dificuldade de implementação (sobretudo os altos custos) e dos resultados frustrantes obtidos.

Todavia, foi no interior dessa abordagem de desenvolvimento que, nos anos 60 e 70, os economistas fizeram um grande esforço em pesquisar cada vez mais os fatores que influenciavam as decisões dos agricultores relacionadas à adoção de novas variedades e práticas agrícolas emergindo a abordagem

de Investigação e Desenvolvimento de Sistemas Agrícolas. No novo modelo de extensão, baseado no conceito de Sistemas de Conhecimento e Informação (KIS), a participação dos agricultores eleva-se sensivelmente ao ponto deles determinarem as prioridades para a atividade de pesquisa e de extensão, além de proporcionar um aprendizado compartilhado.

Apesar de sua grande virtude, tanto de colocar o agricultor como referência central nos estudos sobre agricultura, permitindo o diálogo entre e com os agricultores, como de reconhecer que a agricultura é sempre o resultado de determinadas relações sociais, e com isso ter ampliado as possibilidades do trabalho interdisciplinar para os cientistas sociais, os estudos de sistemas de produção, apresentam problemas difíceis de serem contornados, pelo menos por três motivos.

Primeiro, ao operarem com metodologias quantitativas, de forma quase que exclusiva, os pesquisadores substituem o agricultor real por um agricultor abstrato ou revelado pela construção de modelos estatísticos de aspectos isolados dos distintos agricultores observados, tendendo a cristalizar a realidade e os atores sociais envolvidos (D’Incao, 1997). Segundo, ao utilizar como unidade de análise o estabelecimento agrícola e não a família coloca obstáculo sério para a compreensão de aspectos atualmente muito importantes, como por exemplo, a questão das ocupações e das rendas não-agrícolas das famílias rurais. Terceiro, “em boa parte das pesquisas de sistemas pouco se tem tratado dos comportamentos dos agentes e de sua organização” (Almeida,

2002). Para além dessas questões, outros aspectos vinculados a elas conduziram a extensão para uma crise sem precedentes. Tais aspectos possuem vários componentes que serão rapidamente apresentados.

#### **IV. Mudanças no meio rural, crise da extensão e as novas perspectivas**

Surgiram vários problemas decorrentes tanto da utilização da perspectiva teórica do capital humano, como também com as fortes mudanças no meio rural (a transformação rápida da forma de produzir no meio rural, de muitas formas, tornou a agricultura vítima de seu extraordinário sucesso). Essas mudanças afetaram consideravelmente a teoria e a prática da extensão. Pode-se mesmo afirmar que concorrente com essa crise agrícola, que se converte posteriormente em crise rural, assistimos a uma crise na própria extensão. Segundo Vanclay (1994), essa crise possui quatro principais componentes, quais sejam: 1. uma crise fiscal - com redução dos fundos governamentais; 2. uma crise de eficiência - as práticas de extensão não estão funcionando. Observam-se falhas na adoção de práticas recomendadas por parte dos agricultores, particularmente na área de administração do meio ambiente; 3. uma crise de legitimação - os agricultores fazem comentários muito negativos sobre o serviço de extensão; 4. uma crise teórica - as agências de extensão rejeitam o modelo de extensão tradicional,

mas não apresentam um modelo alternativo coesivo, coerente e amplamente aceito.

Ou seja, a rejeição relativa dos modelos de extensão deixou um “vácuo” teórico tanto no que diz respeito à ausência de teorias suficientemente bem desenvolvidas, como modelos aprovados que possam substituí-los amplamente. A extensão tornou-se, de muitas formas, “uma disciplina a procura de paradigmas”. Muitas das agências de extensão agrícola têm respondido, segundo Vanclay (1994), aos reduzidos fundos governamentais de três maneiras: 1. segmentação do cliente-alvo; 2. privatização e adoção de pagamento de honorários, por parte dos usuários, aos serviços realizados<sup>14</sup>; 3. adoção de abordagem de grupo de extensão e filosofias participativas que reduzem o custo dos serviços de extensão e tornam os agricultores mais responsáveis por seus próprios problemas.

Enquanto essas estratégias podem ou não ser aceitáveis e/ou desejáveis socialmente, nenhuma delas parece apropriada para tratar com as questões recentes da sociedade rural, sobretudo as famílias que já não se ocupam estritamente das atividades agrícolas. Nesse sentido, as agências de extensão e os próprios

---

<sup>14</sup> Sobre essa questão, ver o recente artigo de Kidd et al. (2000) em que se argumenta adequadamente a necessidade e a importância de manutenção de um serviço público de extensão tanto nos países desenvolvidos, como nos subdesenvolvidos tanto por razões econômicas, como por razões sociais, apesar de sua crescente irrelevância em tratar com as reais necessidades dos agricultores e o setor como um todo, e a sua aparente falha em endereçar adequadamente para temas amplos como justiça social e a questão ambiental. Existem funções e assuntos os quais, embora importantes, não serão absorvidos pelo setor privado, e muitos agricultores não serão atendidos de forma efetiva pela extensão comercial.

extensionistas adquirem um novo papel. Partindo da análise desses processos de mudança de caráter econômico e produtivo, a questão principal tende a ser a participação e a organização política, ou seja, a possibilidade de, como agente externo, mobilizar recursos e capacidades ociosas em nível local.

Marsden (1995) destaca que os principais agentes de mudança são os novos atores sociais que vêm ocupando o espaço rural ao impor novas formas de direito de propriedade (contratos de aluguel de veraneio, contratos de arrendamento de curto prazo, comodato) ligados essencialmente ao uso, ao consumo. Dessa forma, enfatiza que com o decréscimo paulatino do poder dos interesses agrícolas e o crescimento dos consumidores que procuram bens posicionais (de consumo ostentatório, como por exemplo, residência secundária), ou as simples amenidades rurais, poderão se constituir em uma força renovadora fundamental na defesa dos direitos de propriedade e de imposição de racionalidades sociais. Isso implica que os mercados que interagem com o espaço rural precisam ser regulados social e politicamente estando condicionados às novas demandas de consumo e apresentem um caráter intersetorial. Também conduz a uma reintegração dos usos múltiplos das propriedades, à reconstituição da localidade e da paisagem e ao balanço das responsabilidades e direitos que as pessoas deveriam ter na área rural. O que nos aponta na direção de reconhecer a importância de temas recentes

que são os novos padrões de regulação e a maneira de elaborar e implementar políticas públicas, bem como o novo papel designado para as profissões e para as instituições.

Assim, Marsden (1995:293) enfatiza que: “onde existe uma forte estrutura regulatória (minerais e agricultura produtivista), os atores-chaves, aqueles que são capazes de tornarem-se ‘pontos de passagem’ para a representação de outros (os ‘porteiros’ do processo de desenvolvimento) tendem a ser o setor público planejador ou outras agências estatais. Essas agências estatais são, por exemplo, as agências de extensão do Ministério da Agricultura”. Nas situações em que essa estrutura regulatória sofreu um processo de desmonte, ou ela é fraca, esses atores-chaves aparecem como um conjunto de intermediários (mediadores) capazes de explorar as incertezas da arena de regulação. Esses agentes de troca normalmente conhecem ambas as arenas identificadas e são capazes de combinar uma compreensão da política mundial (as regras de transferência) com a consciência de oportunidades de desenvolvimento local (Marsden, 1995:293). Assim, eles se tornam especialistas na combinação de mercados e experiência regulatória que lhes permitem facilitar planos de permissão, assim como negociar o processo de desenvolvimento. Os agentes de intercâmbio constituem-se em intermediários-chaves na interpretação das políticas de planejamento local, o qual os proprietários de terras e fomentadores externos desconhecem. Finalmente, Marsden (1995:293) reconhece que esses agentes de intercâmbio crescem nas carências e incertezas desiguais da era

pós-produtivista e devem ser vistos como atores fundamentais no processo de desenvolvimento rural.

É por isso que Neves (1997) destaca que: “os processos de transformação das estruturas de oportunidade e de reordenação de fatores devem contar com aliados investidos do papel de transmissor e produtor de informações, razões pela qual o papel dos extensionistas deve ser redimensionado, integrado diante de um novo quadro político, sua prática social é reconhecida pela correspondência aos modos de hierarquização dos sistemas de poder e de redistribuição de renda na sociedade”. Resumindo, cresce a importância das instituições e dos agentes como vetores do desenvolvimento rural.

Muitos dos problemas que afetam os serviços de extensão e que precisam ser redimensionados dizem respeito, segundo Albrecht (1984), tanto à intensidade e qualidade das relações, como em relação à amplitude e dificuldade de sua missão. Com relação ao primeiro aspecto, a extensão manteve contato com um número relativamente restrito de grandes explorações progressistas conforme preconizou o modelo de difusão; em relação ao segundo, a grande maioria dos pequenos produtores possui uma imagem pouco atraente da extensão ligada à percepção que ela está acessível somente aos “grandes”; em relação ao terceiro aspecto, as rápidas transformações no campo econômico e social apresentadas por Marsden (1995) fazem com que as famílias rurais estejam submetidas a escolhas difíceis, não se tratando mais unicamente de questões relativas ao ensino de técnicas de

de proteção e manejo ambiental, ou seja, questões que se aproximam da idéia de desenvolvimento rural. O autor relata que uma tese de doutorado recente produzida na Universidade Agrícola de Wageningen, Holanda em 1987, procurou esclarecer o que ocorria. “Os extensionistas tentam defender seus antigos papéis e continuar a atender os agricultores que são, de fato, sua clientela e sua fonte de recompensas. A direção do serviço introduz medidas para aumentar a aderência do Ministério sobre o serviço. Ocorre uma ‘interface’ interessante entre a direção que implementa a política do serviço a qual decide o que deveria acontecer, e o quadro operacional de campo o qual decide o que atualmente acontece. O fenômeno na interface pode ser descrito como uma *cultura corporativa* a qual assegura que a direção do serviço é mantida *no escuro* com relação ao fato de que o quadro operacional não faz o que é esperado deles. Em muitos casos, a direção encontra-se de acordo com o quadro operacional, como se poderia esperar de uma instituição a qual tem sido recentemente transformada de um serviço agrícola para um serviço de política pública”.

No entendimento de Albrecht (1984), a origem dessas dificuldades pode ter origem tanto da própria atitude dos pequenos produtores (experiências, comportamentos e conhecimentos), como também por parte dos extensionistas (a imagem que eles formam de si mesmos e de sua missão, suas experiências e qualificações). A seu ver o “ponto crítico” encontra-se no ponto de reencontro entre o organismo de extensão, de uma parte, e de seu grupo-alvo, de

Revista Extensão Rural – DEAER/CPGExR/CCR/UFSM, Ano IX, Jan-Dez/2002.



outro. As diferenças de condições de vida e as possibilidades de ação exigem do serviço de extensão que leve em conta o conjunto exploração-casal-família.

Röling (1987b) também destaca a importância da família no âmbito dos serviços de extensão ao declarar que a natureza da família determina a tomada de decisão sobre a disposição de bens e produtos agrícolas. Em muitos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a natureza atual da família é muito diferente do modelo ocidental que pensa a família de uma perspectiva muito estreita. Graves erros foram feitos em virtude de suposições baseadas no modelo ocidental, sobre a família local. Frequentemente esses erros são feitos por pessoas que, quando indagadas, podem nos dizer exatamente como as famílias locais agem. No Canadá, Baker (1987) também observa que “parece existir um interesse mínimo na família agrícola como uma unidade. Os programas econômicos domésticos e de extensão aos jovens tendem a tratar com os membros individuais da família agrícola”.

Além disso, para Albrecht (1984), de uma forma geral, as famílias que trabalham em tempo parcial na agricultura têm medo de se relacionar com o serviço de extensão rural, porque elas possuem um sentimento de inferioridade profissional e social. Elas temem ver suas petições mal entendidas e se assustam com a idéia de serem colocados diante de algumas decisões difíceis. Assim, o serviço de extensão não pode esperar que tais famílias procurem os serviços por eles mesmos, mas a extensão deverá tomar a iniciativa de estabelecer o contato.

O relato de algumas experiências importantes em matéria de métodos nos parece importante para marcar alguns pontos. No caso da experiência inglesa relatada por Gasson (1988:160 e 161), a autora explica que o tratamento a ser dado aos agricultores em tempo parcial deve ser baseado numa abordagem na qual seja melhorado o acesso à informação, o aconselhamento e o treinamento. Porém, antes de tudo é necessário conhecer os antecedentes de como os agricultores passaram de agricultores de tempo completo a agricultores de tempo parcial, e como muitos outros estão tentando “participar” e ao mesmo tempo proteger um “nicho” da exploração agrícola. O treinamento e aconselhamento são obviamente totalmente diferentes para os dois grupos. A autora relata várias iniciativas na Inglaterra como em outros países, de como auxiliar os pequenos agricultores e os agricultores em tempo parcial.

No Canadá, por exemplo, em Ontário, uma escola de nível superior oferece um “Programa Escolar Noturno para Agricultores Principiantes”. Similarmente, uma Faculdade de Educação Superior em Yorkshire lançou com sucesso cursos para pequenos agricultores e agricultores em tempo-parcial em assuntos tais como: administração animal básica e contabilidade agrícola prática. No Departamento de Agricultura de New South Wales, produziu-se um manual versando sobre “exploração agrícola em pequenas áreas”. Um pequeno grupo no oeste de Wales fornece um programa de palestras e excursões agrícolas e produz boletins informativos muito práticos os quais não somente contêm conselhos técnicos tópicos,

Revista Extensão Rural – DEAER/CPGExR/CCR/UFSM, Ano IX, Jan-Dez/2002.

mas também uma seção sobre compras com desconto, uma seção de “Intercâmbio e Mercado” e um registro de habilidades nos quais os membros estão dispostos a oferecer como forma de pagamento, consultas, ou trocas.

Na Iugoslávia, é crescente o número de mulheres rurais que decidem desenvolver o turismo rural e o artesanato segundo Rupena-Osolnik (1983:92). Elas tentaram melhorar a sua renda (e com isso aumentar a qualidade de vida) e simultaneamente buscam ser tanto quanto possível mais independentes. Na ocupação múltipla das mulheres rurais, o tipo de ajuda oferecida a elas tanto pelos seus próprios maridos como pela família é crucial. A divisão de trabalho é obrigatória tanto quanto o envolvimento dos membros da família, em particular se esta decide desenvolver atividades não-agrícolas no interior da propriedade, como por exemplo, o turismo rural. Por isso, não somente as mulheres, mas suas famílias inteiras enfrentam problemas de educação e formação. Cada membro que quer envolver-se em turismo rural tem de ser qualificado para a nova ocupação. As cooperativas, então organizam cursos especiais para assegurar que as mulheres que estão interessadas em obter o conhecimento necessário o adquiram adequadamente.

Esse tipo de programa está dividido em três partes: a primeira parte está preocupada com problemas econômicos gerais domésticos, a segunda dá atenção especial à administração doméstica, e a terceira é dedicada ao preparo de refeições especialmente pratos nacionais. Métodos especiais de ensinar são utilizados para esses cursos de acordo com os níveis educacionais

das mulheres. As mulheres rurais são organizadas dentro de grupos de comitês de mulheres rurais. (...) Os programas dos grupos ou comitês formam uma parte integral dos programas de cada organização associada. Para a realização desses programas, um processo de educação e treinamento está sendo realizado. (Rupena-Osolnik, 1983). Segundo a mesma autora, as mulheres rurais têm um grande interesse nesse trabalho especialmente em regiões afastadas. Dentro dos programas de treinamento rural as mulheres também ganham qualificações para participação das decisões nas organizações cooperativas, comunidades locais e outras associações auto-administradas. Elas se tornam familiarizadas com regulações legais referentes à propriedade das terras, à herança, às possibilidades de segurança social, saúde e cuidado com as crianças, etc.

Na Alemanha, a idéia de treinamento contínuo no local aos extensionistas em Kenat/Bade-Wurtemberg, relatada por Albrecht (1984), verificou-se bastante promissora. Ela permite o encorajamento deles e os inicia em novos métodos de extensão.

A partir das experiências desenvolvidas nestes países e de acordo com Albrecht (1984) podemos sintetizar os seguintes pontos: a) métodos fundados sobre o trabalho local mostram-se bastante eficazes; b) planificação das atividades de desenvolvimento a partir das necessidades, interesses e problemas das famílias; c) a liberdade concedida às iniciativas individuais de parceiros; d) formação de grupos em função de objetivos; e) orientação para uma extensão cobrindo um campo bastante amplo:

Revista Extensão Rural – DEAER/CPGExR/CCR/UFSM, Ano IX, Jan-Dez/2002.

exploração, família, casal e entorno social, etc. e assim trabalhar com os novos temas de aconselhamento, em especial, as questões relativas à conjuntura econômica, a aposentadoria e a sucessão hereditária, o analfabetismo, etc.

Em matéria de gestão de serviços, sobressaem-se dois fatores que são particularmente favoráveis em matéria de extensão: o primeiro deles se constitui numa atitude incitante à comunicação intensiva e aberta no interior do Escritório e, o segundo, numa direção tendo uma posição favorável às atividades de extensão. Os problemas expostos pela organização e a definição de uma política no domínio da extensão são agravados por uma direção hierárquica e autoritária e atenuados por uma direção cooperativa.

No que diz respeito à organização da extensão, a experiência mostra que existe um conflito entre as várias atribuições e funções da extensão, sendo que ela acaba sendo repelida para a margem e somente fica com o que sobrou. Nessas condições ela é conduzida muito mais como uma atividade “à demanda”, e somente um grupo reduzido de famílias se aproveita dela, reforçando-se a tendência a um serviço de características individuais. Uma das formas de solução desse problema seria que ela se concentrasse separadamente sobre as suas missões, de forma a aumentar as possibilidades de abordar os problemas no quadro da cooperação com outras organizações, ou seja, a direção do serviço de extensão deve-se esforçar para reduzir os inconvenientes que são o resultado da rigidez na organização (Albrecht, 1984).

## V. Resumo e conclusões

A extensão rural pautou-se por uma perspectiva baseada de início nas teorias da difusão e modernização que tiveram sua afirmação final da teoria neoclássica do capital humano. Essa teoria enfatiza, de forma quase absoluta, a questão da transmissão das informações e da tecnologia no campo por meio da educação e da comunicação. A idéia central é que a extensão rural assenta-se em pressupostos que remontam às idéias dos clássicos, em especial Adam Smith, adquirindo contornos melhores definidos na proposição da Teoria do Capital Humano de Schultz (1973). A teoria do capital humano dá uma excessiva importância à transferência tecnológica, à educação e à comunicação no campo os quais se tornaram instrumentos eficazes na tomada de decisões eficientes.

Enfatiza também que as possíveis iniquidades do sistema são temporárias e podem ser eliminadas rapidamente mediante de políticas direcionadas para tal. Os sistemas de comunicação e de educação podem assim intensificar o valor produtivo dos homens, permitindo que os investimentos nessas áreas sejam vistos como um acréscimo ao montante disponível de capital humano. Essa fundamentação teórica precisa ser revisada, pois encontra sérias limitações diante das atuais mudanças e desafios surgidos no meio rural.

A extensão rural é chamada para exercer uma nova missão de aconselhamento a numerosos pequenos agricultores com rendas

extremamente baixas e que se encontram em situação difícil ou que já exercem também atividades fora do âmbito exclusivo da agricultura. A extensão rural, que pretenda preencher essas novas demandas de atividades, não poderá prescindir da utilização de novos métodos que sejam adequados a realidade.

Para tal, configura-se como necessidade a busca ativa de contatos pessoais; analisar a situação e a sua evolução em estreita cooperação com os aliados da extensão; considerar a família como unidade de análise relevante, em particular o papel desempenhado pelas mulheres na questão da pluriatividade das famílias rurais; cuidar para que os programas tomem por base a realidade local e que edificados com a participação ativa das pessoas ou grupos tentando criar um sentido de motivação capaz de torná-los independentes para realizarem por si próprios.

Finalmente, para que isso se torne possível, os extensionistas precisam ser beneficiados por uma formação contínua no local, sejam sustentados por uma direção de caráter cooperativa, menos hierárquica e autoritária, auxiliados por uma nova forma de estrutura organizacional apropriada às novas circunstâncias que exigem um serviço que desempenhe um papel de liderança ativa nas políticas e nos programas de desenvolvimento associado com a extensão rural (como oposto à extensão agrícola) especialmente no desenvolvimento rural.

## VI. Bibliografia Consultada

ALBRECHT, H. Les problèmes de la vulgarisation agricole dans le cas de l'agriculture a temps partiel. **Revue Économie Rurale**. nº 159, jan.-fév., p. 37-43. 1984.

ALMEIDA, J. O enfoque sistêmico e a interpretação dos processos sociais rurais: usos ("redutores") de um pretense paradigma ("holístico"). In: Anais do XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Passo Fundo:RS, 28-31/07 de 2002.

BAKER, H. R. Future options and prospects in rural extension and technology transfer. **Occasional Papers in rural Extension**, no. 1. Canada: University of Guelph. 1987. Disponível em: [http://www.uoguelph.ca/~res/download/op\\_1.html](http://www.uoguelph.ca/~res/download/op_1.html)

BORLAUG, N. E. **The Green Revolution Revisited and the Road Ahead**. Disponível em: <http://www.nobel.se/peace/articles/borlaug/index.html> (capturado em 22/05/2001).

BUTTEL, F. H. Some reflections on late twentieth century agrarian political economy. UK, USA. *Sociologia Ruralis*, vol 41, no. 2, April 2001.

D'INCAO, M. C. **Reflexão sobre a Determinação Social e a Abordagem Interdisciplinar no Estudo da Questão Ambiental**. Jaguariúna: Seminário "A agricultura familiar como base do desenvolvimento rural sustentável". Mimeo. 1987.

EASTERBROOK, G. **Forgotten Benefactor of Humanity**. Disponível na internet em: <http://www.theatlantic.com/issues/97jan/borlaug/borlaug.htm>. Artigo obtido em 22/12/2000.

GASSON, R. **The economics of part-time farming**. Longman, England. 1988.



HAYAMI, Y. & RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento agrícola: teorias experiências internacionais**. EMBRAPA: Brasília. 583p. 1988.

KIDD, A. D., LAMERS, J. P. A., FICARELLI, P. P., HOFFMANN, V. Privatizing agricultural extension: *caveat emptor*. **Journal of Rural Studies**. 16, 95-102. 2000.

MARSDEN, T. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**. 3 (11) 285-296. 1995.

MARSHALL, G. **The concise Dictionary of Sociology**. Oxford: New York. Oxford University Press. 1994.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira. 1975.

NEVES, D. P. Comentários aos textos apresentados no seminário temático: As ciências sociais e o "mundo rural" - impasses atuais, continuidades, desafios. Construindo uma agenda de pesquisas para o final do século. Caxambu - Mg: **XXI Encontro da ANPOCS**. 1997.

PETIT, M. Économie Rurale et Développement. **Revue Économie Rurale**. N<sup>o</sup> 200, nov.-déc., p. 60-64.1990.

PHELAN, J. F. Are traditional services dead or have they role in rural development? **European Journal of Agricultural Educational and Extension**. V.2, n.3, p7-14. 1995.

QUEDA, O. **A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. Piracicaba: ESALQ. Tese de Livre Docência.1987.

ROGERS, E. **Diffusion of Innovations**. (3<sup>rd</sup> edn).New York, Free Press. 1983.

RÖLING, N. Extension Science: increasingly preoccupied with knowledge systems. **Sociologia Ruralis**. Vol. XXV - 3/4 p. 269-290. 1985.

RÖLING, N. Whither rural extension? **Occasional Papers in Rural Extension**, No. 2. Canada: University of Guelph. 1987a. Disponível em: [http://www.uoguelph.ca/~res/download/op\\_2.html](http://www.uoguelph.ca/~res/download/op_2.html)

RÖLING, N. Extension in Europe and the Third World: Comparisons and implications. **Occasional Papers in Rural Extension**, No. 3. Canada: University of Guelph. 1987b. Disponível na internet em: [http://www.uoguelph.ca/~res/download/op\\_3.html](http://www.uoguelph.ca/~res/download/op_3.html)

RUPENA-OSOLNIK, M. The role of farmwomen in rural pluriactivity: experience from Yugoslavia. **Sociologia Ruralis**. V.23, Nº 1, p. 89-94. 1983.

SCHULTZ, T. W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 207p. 1965.

SCHULTZ, T. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

THIOLLENT, M. Anotações críticas sobre difusão de tecnologia e ideologia da modernização. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, 1 (1): 43-51, jan. /abr. 1984.

VANCLAY, F. A crisis in agricultural extension? **Rural Society**. 4 (1). Center for rural Social Research, Charles Stuart University, Wagga Wagga, Australia. 1994

VAN DEN BAN, A. W. Agricultural development; Opportunities and threats for farmers and implications for extension organizations. **The Journal of Agricultural Education and Extension**. Vol.6, no 3. p. 145-156. 1999.